

ESTRUTURA DE DEMANDA E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA

*Laércio Barbosa Pereira**
*Denilson Luiz Werle**

1 - Introdução

A crise da economia brasileira nos anos 80 aparece como exacerbação das contradições de um padrão de desenvolvimento baseado no processo de industrialização via substituição de importações alicerçado pelo Estado desenvolvimentista desde os anos 30. Essa industrialização, que, se, de um lado, obteve êxitos quanto à instalação de uma estrutura industrial integrada, moderna, nos moldes da segunda revolução industrial, por outro, mostrou-se perversa, marcada por uma distribuição extremamente regressiva dos excedentes, com baixos salários, elevado desemprego estrutural, polarização social e miséria da maioria da população. Manifestando-se, de um lado, nos desequilíbrios estruturais decorrentes da inadequação entre estrutura produtiva e estrutura de demanda (expansão do potencial produtivo não acompanhada de uma distribuição adequada dos excedentes), nos déficits fiscais, na estagnação dos investimentos e nas altas taxas inflacionárias; e, de outro, nos modestos resultados alcançados pelas políticas de estabilização e ajustamento, a crise possibilita abrir interrogações acerca dos rumos da economia brasileira. Assim, acredita-se que quaisquer que sejam os rumos dados a essa economia nos próximos anos, ela necessitará avançar, simultaneamente, em duas frentes: (a) integrar-se, internamente, proporcionando uma maior adequação entre estrutura de oferta e de demanda, já que um enorme contingente

* Economista, Professor Pesquisador do Departamento de Economia da UFSC e Doutor em Economia.

de sua população vive à margem do mercado; e, (b) integrar-se de forma competitiva no mercado internacional, considerando a nova ordem econômica em formação.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é fazer algumas considerações sobre a importância da adequação da estrutura de demanda na dinâmica da economia brasileira, colocando em evidência os impactos dinamizadores decorrentes de uma expansão do mercado interno, com os benefícios direcionando-se quer para a abertura de maiores possibilidades de inserção no mercado mundial, quer para maior integração nacional, viabilizando as potenciais oportunidades de investimento. Para tanto, o trabalho será estruturado da seguinte forma: inicialmente, procurar-se-á, sob um ponto de vista teórico, abordar as principais características da relação entre estrutura de demanda e dinâmica econômica; num segundo momento, procurar-se-á caracterizar a evolução da economia brasileira, evidenciando os principais desafios econômicos e as potencialidades dessa economia a partir de uma estratégia de desenvolvimento que tenha como ponto de partida a mudança na estrutura de consumo, ou seja, a adequação entre estrutura de oferta e de demanda, o que significa transformar o poder aquisitivo dos salários em um componente importante da demanda efetiva.

2 - Fundamentação teórica relativa à distribuição e ao crescimento

O objetivo deste item é analisar, sob um ponto de vista teórico, as principais características da articulação entre distribuição de renda e dinâmica de acumulação no funcionamento da economia capitalista. O que se pretende é mostrar, de forma sucinta, que existe um arcabouço teórico na literatura econômica que analisa essa articulação. Desse modo, procurar-se-á realizar uma rápida revisão dessa literatura, enfatizando, especialmente, os trabalhos de Keynes, Kalecki e dos teóricos da **Escola da Regulação** sobre a dinâmica das economias capitalistas.

De um modo geral, são os momentos de crise econômica que oferecem as melhores oportunidades de revisão e de questionamento dos paradigmas teóricos vigentes. A crise dos anos 30 nas economias capitalistas centrais, com suas causas e conseqüências — queda nos investimentos, falências, desem-

prego, o *crack* da Bolsa de Valores, etc. — apresentou-se como um desses momentos. A crise de superprodução vivenciada por essas economias, com a agudização das tensões sociais e com contradições econômicas inerentes ao funcionamento da economia, colocou em perspectiva problemáticas novas não explicáveis pela vertente hegemônica da análise econômica da época, expressa na Lei de Say: a produção cria sua própria demanda. Isso implica dizer que a demanda potencial é ilimitada e que o único limite para a demanda real será dado pela produção. De acordo com essa lei, não haveria incertezas futuras na economia, pois esta estaria sempre em equilíbrio no pleno emprego ou a caminho deste. Porém, com a crise, o sonho de prosperidade geral, da natureza automática e auto-regulável dos mercados, revelava-se incompatível com o real funcionamento da economia. O mundo do *laissez-faire* é abalado por uma grande crise de superprodução ou de insuficiência de demanda.

Nesse contexto, o princípio da demanda efetiva, desde Malthus, Marx, Rosa Luxemburgo e outros, negligenciado pela análise econômica, renasce, sob novas luzes, nos trabalhos de Keynes e de Kalecki.

Marx abordou essa questão em sua teoria do valor. Para ele, a criação da mais-valia dá-se no processo de produção, e sua realização, na comercialização, ou seja,

"(...) as condições de exploração direta e as condições de realização da mais-valia não são idênticas. Elas estão separadas não apenas pelo tempo e espaço, mas também logicamente. As primeiras estão limitadas meramente pela capacidade produtiva da sociedade, e as segundas, pelas proporções dos diversos ramos de produção e pelo poder de consumo da sociedade" (MARX apud KALECKI, 1980, p.8).

A continuidade da acumulação somente ocorre se a mais-valia encontrar espaços para sua realização, isto é, com a venda das mercadorias. Segue-se, portanto, a necessidade de compatibilidade entre as condições de produção e de consumo, ou seja, íntima relação entre estrutura produtiva e estrutura de demanda, o que nem sempre ocorre devido à ausência de poder aquisitivo. Com isso, abre-se a possibilidade de crises de superprodução, desemprego, falências, excesso de estoques e a total impossibilidade de qualquer equilíbrio de longo prazo na economia capitalista.

Essa forma de abordar a economia capitalista foi mais tarde retomada por Kalecki. Uma das mais importantes contribuições desse autor foi exatamente

a formulação do chamado "princípio da demanda efetiva" de um modo claro e adequado à explicitação dos mecanismos básicos da dinâmica econômica do capitalismo. Segundo esse autor, a demanda é o elemento determinante da dinâmica capitalista: o nível da produção é determinado pela demanda agregada, isto é, produz-se determinada quantidade não devido à capacidade de produção do sistema, mas devido à capacidade de demanda. Se não existir demanda suficiente, a produção não se concretiza, e a capacidade produtiva fica parcialmente ociosa. Assim, o principal obstáculo apontado por Kalecki à expansão da acumulação nas economias capitalistas está na dificuldade em encontrar mercado para a produção. Na interpretação de Bello (1989, p.100) "(...) para ele [Kalecki], a questão principal era por que o capital instalado e a força de trabalho não eram empregados em toda a sua capacidade, e a resposta, segundo este autor, estava na falta de demanda efetiva, ocasionada pelo insuficiente gasto dos capitalistas".

Na demonstração desse argumento, Kalecki utilizou-se de um esquema de reprodução com três departamentos (DI, produtor de bens de investimento; DII, produtor de bens de consumo dos capitalistas; DIII, produtor de bens de consumo dos trabalhadores), no qual aparecem os principais componentes da demanda agregada: investimentos, consumo dos capitalistas e consumo dos trabalhadores. Este último tem uma posição secundária, na medida em que é determinado pelos gastos dos capitalistas em bens de investimento e de consumo.

Em seu esquema departamental, Kalecki destaca os gastos dos capitalistas como elementos propulsores da dinâmica capitalista. Eles são, por excelência, os elementos responsáveis pela reprodução do capital e dos lucros, portanto, do processo dinâmico e inexorável de valorização do capital. Sobre esse argumento, Lima (1983, p.94) afirma:

"(...) o mais importante é o modo pelo qual ocorre a causalidade. Os capitalistas encontram-se em posição de iniciar os gastos que determinam o nível de produção e emprego, a partir do qual se derivam os lucros. Segundo Kalecki, essa equação é de importância fundamental porque fornece os meios para a explicação das flutuações da produção".

Por conseguinte, não é possível qualquer visão subconsumista no pensamento desse autor, já que são os gastos capitalistas que permitem a reprodução do capital e dos lucros. Isso significa dizer que o aumento do consumo dos

trabalhadores depende, fundamentalmente, do crescimento dos gastos dos capitalistas em consumo e investimento, dada a distribuição da renda.

Apesar do caráter subordinado do consumo dos trabalhadores, isso não implica que este não possa desempenhar um papel importante na dinâmica econômica. Uma melhor distribuição de renda, do ponto de vista econômico, é importante no sentido de promover o crescimento do nível de consumo da economia, o que gera efeitos benéficos (multiplicadores) sobre o nível da atividade econômica, estimulando o aumento do emprego e da produção e, assim, aumentando a eficiência do investimento global. Desse modo, Kalecki, ao tratar de um dos possíveis caminhos para o pleno emprego, afirma:

"(...) a idéia subjacente é a de que, quando a renda é transferida dos que recebem renda mais elevada para os de renda mais baixa, o consumo total aumenta, porque o pobre tem uma propensão a consumir maior do que o rico" (KALECKI, 1980, p.2).

Sobre essa questão, convém colocar as interpretações de Tavares (1986) acerca da divisão departamental de Kalecki. A autora afirma que, ao introduzir o DII explicitamente em seu esquema de reprodução, Kalecki coloca o consumo dos capitalistas como um componente da demanda agregada tão importante quanto os gastos em investimentos, do ponto de vista da realização dinâmica num processo de acumulação. Além disso, segundo a autora, com a inclusão do DII dá-se a diferenciação entre consumo dos capitalistas e consumo dos trabalhadores, muito importante para o estudo das economias subdesenvolvidas, notadamente naquelas em vias de desenvolvimento, onde, além da contradição geral salários-lucros, essa diferenciação cria uma contradição particular: consumo dos trabalhadores *versus* consumo dos capitalistas.

Ainda, segundo Tavares, à proporção que vai se desenvolvendo a economia, esta última diferenciação tende a desaparecer, pois os trabalhadores passam a incluir no seu "custo de reprodução" bens e serviços que, embora menos sofisticados, não se diferenciam, basicamente, do consumo capitalista. Os salários deixam de ser somente um elemento do custo de produção, passando a representar um elemento importante da demanda e, portanto, da dinâmica econômica, na medida em que ampliam a eficiência do investimento global, abrindo o leque de possibilidades para a acumulação.

De modo semelhante à teoria kaleckiana, na keynesiana as variáveis que determinam o grau de utilização da capacidade produtiva se encontram do lado

da demanda: não é a oferta que cria a demanda, mas pelo contrário, a demanda é que gera a produção.

"Para que possa haver produção efetiva, deverá haver demanda efetiva (...) a demanda gera renda. Se os produtores esperassem uma queda na demanda, reduziriam, conseqüentemente, sua produção, sem levar em consideração o nível de sua capacidade produtiva. E fariam o oposto se esperassem um aumento de demanda." (PASINETTI, 1979, p.38-39).

Para Keynes, os elementos que compõem a demanda efetiva são a demanda de bens de consumo e a demanda de bens de investimento: "(...) a propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível de emprego" (KEYNES, 1982, p.42). A propensão marginal a consumir decorre da "lei psicológica fundamental", segundo a qual a comunidade aumenta o seu consumo de acordo com o aumento na renda, mas não na mesma proporção desse aumento.

Sobre a teoria do consumo de Keynes, tornam-se imperiosas algumas considerações quanto às implicações desta na dinâmica econômica, o que significa expor a teoria do multiplicador de investimentos, a qual lança importantes luzes sobre a relação entre *performance* do consumo e nível da atividade econômica. A formulação teórica do multiplicador demonstra como um aumento (ou diminuição) na propensão marginal a consumir da comunidade, multiplicando os efeitos de um determinado nível de investimento, pode gerar um aumento no nível de emprego. Ela mostra como o comportamento dos consumidores influi na propagação dos efeitos dos investimentos. Segundo Keynes (1982, p.106),

"(...) é pelo princípio geral do multiplicador que se deve explicar como as flutuações no montante de investimento, comparativamente pequenas em proporção à renda nacional, podem gerar alterações no emprego e na renda agregada de amplitude muito maior do que elas próprias".

O multiplicador não afeta somente o investimento, mas também os outros componentes da demanda agregada. A esse respeito, Pasinetti (1979, p.49) afirma:

"(...) não há necessidade de que o aumento na demanda efetiva provenha dos investimentos. Qualquer aumento autônomo na de-

manda efetiva gerará precisamente os mesmos efeitos multiplicadores. Portanto, quando o investimento corrente está demasiadamente baixo para provocar o pleno emprego, o governo sempre pode entrar com a despesa pública e fazer um acréscimo líquido à demanda efetiva".

Essa interpretação lança importantes questões para a compreensão do papel da política econômica no esquema keynesiano. Keynes via a interferência governamental como uma maneira bastante eficaz de amenizar os efeitos das flutuações cíclicas na economia. O Estado deveria promover o incremento necessário à demanda para reavivar a produção. Nas palavras de Keynes (1982, p.250),

"(...) o remédio consistiria em tomar várias medidas capazes de aumentar a propensão a consumir através de uma redistribuição da renda ou de um processo semelhante de modo que o volume de emprego pudesse ser mantido com um volume de investimento menor".

Mais adiante, Keynes argumenta que o Estado pode agir por dois caminhos para aumentar a produção, quer promovendo o investimento, quer aumentando o nível de consumo:

"Há condições (...) para que ambas as políticas funcionem juntas: promover o investimento e ao mesmo tempo o consumo, não apenas até o nível que corresponderia ao acréscimo do investimento com a propensão a consumir existente, mas também a um nível ainda maior" (KEYNES, 1982, p.251).

Argumentação relativa ao papel do Estado na redistribuição de renda, semelhante à de Keynes, também aparece nos trabalhos de Kalecki. Segundo Amadeo (1990, p.31, a obra de Kalecki sugere que

"(...) não só a política de aumento dos gastos governamentais serviria como medida de combate ao desemprego, mas também a redistribuição de renda a favor dos assalariados poderia servir para esse intento. Resumindo, uma política econômica que aumente a participação dos salários na renda, *coeteris paribus*, leva a um maior nível de produto".

Em síntese, segundo a argumentação de Keynes e Kalecki, uma melhor distribuição de renda que aumente o poder aquisitivo da população desempenha um importante papel na dinâmica de funcionamento da economia, na medida em que viabiliza uma maior adaptação entre as condições de produção e de consumo.

Na literatura mais recente sobre desenvolvimento econômico, encontram-se, pelo menos, duas abordagens distintas, que convergem para um mesmo ponto comum, ou seja, a desconcentração da renda e da riqueza é de fundamental importância para o desenvolvimento sustentado.

A primeira abordagem encontra-se nos trabalhos dos autores da **Escola da Regulação** (AGLIETA, 1979; LIPIETZ, 1988; BOYER, 1979; GRANOU *et al*, 1983). Os regulacionistas estudaram o caso pioneiro dos EUA na década de 30 e o seu desdobramento na Europa do Pós-Guerra. O modelo de desenvolvimento adotado por essas economias, o fordismo, possibilitou uma inusitada e prolongada taxa de crescimento. Fundamentava-se, do lado da estrutura produtiva, na organização científica do trabalho, com elevados ganhos de produtividade e produção em massa, e, do lado da demanda, na adaptação do consumo de massa aos ganhos de produtividade via crescimento do poder aquisitivo dos salários paralelo ao crescimento da produtividade. Segue-se que o salário é visto não somente como um componente da estrutura de custos, mas como importante elemento da demanda, alargando amplamente as possibilidades de acumulação do sistema econômico. Trata-se de um regime de acumulação intensivo associado a um modo de regulação monopolista, que possibilitou a compatibilidade entre produção de massa crescente e consumo de massa crescente. Segundo Lipietz (1988, p.50),

"Após a Segunda Guerra Mundial, o regime de acumulação intensiva, centrado no consumo de massa, pôde se generalizar justamente porque um novo modo de regulação, monopolista, havia incorporado *a priori*, na determinação dos salários e dos lucros nominais, um crescimento do consumo popular em proporção aos ganhos de produtividade".

A relação salarial representou para os regulacionistas a variável fundamental da regulação monopolista que assegurou a prolongada fase de crescimento do Pós-Guerra. Isso significa que o fordismo foi um modelo de desenvolvimento voltado fundamentalmente para o mercado interno. Segundo Lipietz (1988, p.54), "(...) o motor deste modelo consiste na transformação

interna dos processos produtivos industriais. Seu alvo é o crescimento do mercado interno pelo aumento do poder aquisitivo".

A segunda abordagem encontra-se nos trabalhos dos proponentes das estratégias de desenvolvimento "orientadas para a equidade" (ADELMAN, 1975, 1980; ADELMAN, MORRIS, 1973; ADELMAN, ROBINSON, 1978), que concentram seus trabalhos nas economias dos Tigres Asiáticos, em especial na Coreia do Sul.

Sintetizando as colocações dos autores acima, Veiga (1992) afirma que

"(...) a preocupação fundamental dessas diferentes abordagens era entender as circunstâncias em que se deu o salto de qualidade do capitalismo nos últimos 60 anos. O que houve foi a passagem de um padrão extensivo para um intensivo de crescimento. Neste último, o rápido aumento da produtividade e a produção em massa engendraram substanciais mudanças nos padrões de consumo e nos modos de vida, tornando o poder aquisitivo do salário o componente central de demanda. No capitalismo moderno, a expansão do mercado passou a estar cada vez mais centrada na dinâmica de consumo das camadas populares, característica essencial da acumulação 'socialmente articulada' para De Janvry (1981) ou do 'regime intensivo de acumulação' para os regulacionistas".

Por último, comparando a situação econômica dos países da América Latina com a Coreia do Sul e Taiwan, Anglade e Fortin (1987, p.213) afirmam que estes últimos, embora tenham iniciado os seus processos de industrialização tardiamente, enfrentaram menos dificuldades e foram melhor sucedidos que os países da América Latina, pois possuíam uma vantagem fundamental: suas distribuições de renda e a composição da demanda eram, consideravelmente, menos desiguais do que na América Latina, uma vez que apresentavam um modelo de distribuição de renda familiar mais em linha com os países capitalistas avançados do que com os do Terceiro Mundo.

3 - Perspectivas do mercado interno brasileiro

Como visto no item anterior, para haver uma expansão sustentada da produção e do emprego ao longo do tempo, faz-se necessária uma correspondente expansão da demanda, o que requer a existência de mercado dinâmico,

em expansão. Nesse sentido, quaisquer que sejam os rumos dados à economia brasileira nos próximos anos, duas questões assumem importância fundamental, quais sejam: (a) o resgate do grande déficit social existente, integrando a maioria da população ao mercado, isto é, revertendo o quadro excludente predominante até então; e (b) a integração da economia brasileira, de forma competitiva, ao mercado internacional.

Com relação à primeira questão, em trabalho do THE WORLD BANK (Wld. Develop. Rep., 1988), constata-se que o Brasil tem o sétimo maior produto agrícola do Mundo, situando-se, entretanto, no sexagésimo lugar em consumo de calorias *per capita*. Nesse sentido, dados dessa instituição para o ano de 1986 indicam que, dentre os 50 países que apresentaram dados sobre distribuição de renda, o Brasil ocupava o último lugar.

Os resultados perversos dessas desigualdades distributivas têm sido apresentados por vários estudiosos, entre os quais Lustosa e Figueiredo (1989), que estimaram, para o ano de 1987, a existência de cerca de 70 milhões de pessoas com alimentação insuficiente no País. Parece evidente que o problema é muito mais de distribuição de renda, de participação nos excedentes gerados e de consumo do que de produção, já que esta existe em grande escala.

Comparando indicadores sociais do Brasil com alguns países asiáticos que passaram por regimes autoritários e por experiências de rápido crescimento econômico nas décadas de 50, 60 e 70, como é o caso brasileiro, Bacha e Klein (1986) concluem que o Brasil, embora tenha partido de um nível bem superior de renda *per capita* em relação à maioria desses países, chega aos anos 80 apresentando os piores indicadores em termos de distribuição de renda, mortalidade infantil e crianças fora da escola. Afirmam que:

"Foram as políticas adotadas ou rejeitadas pelos respectivos governos durante o período do rápido crescimento que exerceram papel crucial no tocante ao bem-estar e à distribuição da renda em cada um deles. O que o Brasil realizou ou deixou de realizar nessa área, portanto, tem a ver diretamente com as medidas adotadas pelo Governo. Muitas delas poderiam ter sido diferentes e ter produzido resultados diferenciados. Como demonstra a experiência de países asiáticos maiores e de regime autoritário, nenhum resultado em termos de renda e de bem-estar estaria predeterminado pelas meras dimensões do Brasil, sua rápida taxa de crescimento, seus governos autoritários ou sua dependência externa" (BACHA, KLEIN, 1986, p.20-21).

Desse modo, o direcionamento dado à política econômica no Brasil impediu que parte significativa dos grandes excedentes gerados fosse revertida para os trabalhadores; ou seja, no período de grande crescimento econômico, que vai de meados dos anos 50 ao final dos anos 70, a concentração da renda e da riqueza intensificou-se, uma vez que os ganhos de produtividade não se deslocaram de forma significativa para salários e preços, como se pode constatar nas citações abaixo.

Araújo Júnior *et al.* (1990, p.15), comparando os salários dos trabalhadores em 30 países no período 1975-86, fazem a seguinte afirmação: "(...) Uma constatação é inequívoca: os salários pagos no Brasil situam-se entre os mais baixos do mundo, em torno de 10 a 20% dos níveis vigentes nas economias industrializadas".

Essa afirmação torna-se mais evidente se se compara a participação dos salários no valor agregado da indústria de transformação no Brasil com a de alguns países desenvolvidos (Tabela 1).

Tabela 1

Participação dos salários no valor agregado da indústria de transformação de alguns países selecionados - 1961-1981

PAÍSES E MÉDIA	1961	1969	1975	1979	1981
Bélgica	58,3	60,6	77,0	75,7	76,9
Canadá	67,3	68,5	69,2	65,8	-
Dinamarca	68,6	72,2	74,5	76,5	74,5
França	65,9	65,8	74,1	74,6	75,9
Alemanha	52,6	52,6	60,5	59,2	63,3
Japão	39,6	40,3	53,8	49,8	-
Reino Unido	69,9	71,0	80,2	79,7	82,8
EUA	70,5	71,0	71,6	73,8	75,6
Média	61,6	62,7	70,1	69,4	74,8
Brasil(1)	31,8	25,0	20,3	19,9	18,7

FONTE: BRUNO, M., SACHS J. (1985). Economics of worldwide stagflation. Harvard University.

CENSO INDUSTRIAL 1970-75-80-85: Brasil (1973, 1979, 1984, 1990). Rio de Janeiro: IBGE.

(1) Dados do IBGE trabalhados pelo autor e referentes aos anos 1962, 1970, 1975, 1980 e 1984 respectivamente.

Observando a evolução dos dados, nota-se que há uma grande disparidade entre a participação dos salários no valor agregado da indústria de transformação dos países desenvolvidos e a do Brasil. Enquanto nos países desenvolvidos a participação dos salários no valor agregado é elevada e crescente (em 1961, a participação média era de 61,6%, aumentando para 74,8% em 1981), no Brasil, essa participação é baixa e decrescente (em 1962, a participação era de 31,8%, diminuindo para 18,7% em 1984). Ou seja, se em 1962 o percentual de participação dos salários no valor agregado da indústria de transformação brasileira situava-se em torno de 50% da participação média de 1961 dos países desenvolvidos, em 1984 passa a representar apenas 25% da participação média de 1981 desses países. Essa evolução permite entender, de um lado, o salto de qualidade do capitalismo nas economias avançadas, na medida em que a incorporação dos ganhos de produtividade ao salário, transformando-o em um componente importante da demanda, possibilitou mudanças nos padrões de consumo e melhorias no modo de vida da população; e de outro, a natureza excludente do desenvolvimento brasileiro, seu dinamismo e tendência a excluir grande parte da população dos benefícios gerados.

Nesse mesmo sentido, Furtado (1989), analisando dados de 1980, faz a seguinte afirmação:

"No Brasil os salários correspondem a 17% do produto industrial, menos da metade da média geral (42%) e também bastante inferior à média da América Latina (27%). (...) O *mark up* da indústria brasileira alcança níveis recordes: ele representa nada mais nada menos que 52% do produto industrial, quase o dobro da média geral (28%). Em outras palavras, a indústria brasileira pratica preços médios muito mais altos do que os praticados pela indústria do resto do mundo".

Portanto, por um lado, tem-se um quadro de baixos salários que restringe o mercado interno com mais intensidade nos momentos de crise, e, por outro, têm-se, em especial, os oligopólios forçando a alta de seus preços como forma de sustentar suas margens de lucros em um mercado que se reduz. A alta de preços, com os baixos salários, implica a redução do mercado interno e, conseqüentemente, a diminuição do nível da atividade econômica, ou seja, tudo isso leva a um círculo vicioso que parece não ter fim.

Com relação à segunda questão, isto é, integração competitiva da economia brasileira no mercado internacional, cabe ressaltar que o modelo de desenvolvimento da economia brasileira em vigor até o final dos anos 70 tinha como

marca fundamental a substituição de importações a partir de políticas que levaram a alto grau de protecionismo, tanto via subsídios institucionais quanto via barreiras que implicavam o fechamento do mercado interno para as empresas que aqui se instalassem. Nesse sentido, Araújo Júnior (1989) coloca que, até o final dos anos 70, o crescimento da economia brasileira foi amparado por um estilo de intervenção do Estado, cujos traços essenciais são: de um lado, o Governo definia as prioridades setoriais de investimento, bem como os papéis a serem cumpridos pelo Estado e pelos capitais nacionais e estrangeiros dentro de cada setor; de outro, para assegurar a realização de suas prioridades, o Governo oferecia à iniciativa privada dois tipos de benefícios, a redução de custos de investimentos, através de incentivos fiscais, financiamentos subsidiados, etc. e a reserva do mercado brasileiro para os bens produzidos no País.

Esse tipo de "desenvolvimento" originava, pelo menos, dois sérios problemas, ou seja: primeiro, intensificava a concentração da riqueza, uma vez que só tinham acesso aos benefícios institucionais aqueles que possuíam capital; e, segundo, implicava não haver maior preocupação com a questão da competitividade, quer por parte do Estado, quer por parte dos capitalistas, já que os seus mercados estavam assegurados. Isso significa que pouco se conhece das reais condições de competitividade das várias atividades e setores da economia brasileira.

Entretanto, em anos mais recentes, as questões relativas à competitividade vêm assumindo no Brasil e, em especial, nas economias mais desenvolvidas uma importância cada vez maior. Isto porque, se, a partir de meados dos anos 50, os capitalistas dos países desenvolvidos encontravam na exportação do capital o caminho para a valorização compensadora deste, aproveitando a mão-de-obra e matérias-primas baratas dos países menos desenvolvidos, a partir do início dos anos 80, com o declínio das economias desenvolvidas e com o significativo avanço tecnológico,¹ o quadro mudou

¹ Tigre (1989) coloca que o novo paradigma técnico-econômico traz duas importantes implicações para o futuro da indústria mundial. Em primeiro lugar, tende a reduzir o uso de matérias tradicionais, tais como o aço e outros metais, em decorrência de sua substituição por novos materiais e também dos novos requisitos impostos pelos novos projetos. Em segundo lugar, altera os métodos de produção ao introduzir equipamentos automatizados, reduzindo, assim, as vantagens competitivas de países que dispõem de uma mão-de-obra de baixo custo e sem qualificação. O novo paradigma renova o perigo da deterioração dos termos de troca entre, por exemplo, o aço, os têxteis e os produtos petroquímicos, por um lado, e os computadores e a informação técnica, por outro.

significativamente, e a alternativa encontrada para resolver a questão da acumulação está sendo a organização de blocos econômicos,² onde as barreiras à entrada de produtos oriundos dos países-membros tendem a desaparecer, e, por outro lado, redefinem-se as medidas protecionistas entre os blocos. Assim, tudo indica que a formação de blocos econômicos se constitui em exigência do próprio processo de acumulação capitalista, já que, como afirma Araújo Júnior (1989), com o avanço atual da tecnologia, tem sido crescente o número de indústrias que só são rentáveis quando operam em escala internacional, devido, especialmente, às restrições impostas pela relação **característica da tecnologia/dimensão do mercado**.

Assim, claramente, a economia brasileira necessitará avançar ao mesmo tempo nas duas frentes propostas inicialmente. Entretanto o que se considera de extrema importância, exatamente por se vislumbrarem, a partir daí, saídas possíveis no sentido de se iniciar a reversão das questões acima, é o fato de que, para alguns estudiosos de reconhecida competência, essas questões não são excludentes, mas, sim, compatíveis, e se relacionam na mesma direção. Essa afirmação pode ser constatada na rápida revisão da literatura feita a seguir:

Fajnzylber (1988, p.13) afirma que

"(...) de uma perspectiva de médio e longo prazo, a competitividade consiste na capacidade de um país para manter e expandir sua participação nos mercados internacionais e elevar simultaneamente o nível de vida de sua população".

A partir desse conceito, o autor faz uma distinção clara entre o que chama de competitividade "espúria" e "autêntica". Dentre os fatores que caracterizam a primeira, destaca baixos salários, desvalorizações cambiais, subsídios, etc. Essas medidas podem propiciar melhora no desempenho externo, mas têm efeitos apenas no curto prazo e ameaçam a coesão social no interior dos países. Essa competitividade é frágil e incompatível com o crescimento a longo

² Bello (1990, p.60) afirma que as regras estabelecidas após a Segunda Guerra Mundial, com a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) do Banco Mundial (BIRD) e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), pouco a pouco vão dando lugar a outras fórmulas substitutivas, em que o Estado-Nação, cada vez mais, cede lugar a uma política de integração, com destaque para a formação de blocos econômicos, onde predominam os acordos inter-regionais.

prazo, pois essas condições não poderão perdurar; além do mais, os seus benefícios são, em geral, apropriados, individualmente, por grupos restritos e com frequência localizados fora do país.

Por outro lado, a competitividade autêntica requer uma constante busca de incremento da produtividade, através da incorporação do progresso técnico, mas implica, também, a "(...) elevação paralela dos níveis de vida da população" (FAJNZYLBBER, 1988, p.14).

De acordo com a argumentação de TAUILE (1990, p.162-163),

"(...) a competitividade internacional resultaria do fortalecimento do mercado interno, sem ferir as necessidades fundamentais de seu dinamismo. Além disso, sendo a produção industrial brasileira cada vez mais capaz de atender ao mercado internacional em termos de preço e qualidade, não há por que não haver internamente um mercado de trabalho que também tenda a ser valorizado em padrões internacionais".

A afirmação de que a competitividade internacional resultaria do fortalecimento do mercado interno se justifica na medida em que as relações no comércio internacional são de reciprocidade entre os países. A reciprocidade exige que os países ofereçam concessões comparáveis em retorno às concessões obtidas, ou seja, o país terá acesso, em condições mais favoráveis, a mercados dinâmicos à proporção que apresente um mercado interno também dinâmico. Para Tauile, a conquista de mercados externos mediante uma maior competitividade dar-se-ia a partir do revigoramento do mercado interno através de uma melhoria no padrão de vida da população, com melhor distribuição de renda, o que aumentaria seu poder aquisitivo, elevando a propensão a consumir e, conseqüentemente, alavancando o desenvolvimento econômico. Nas palavras de Tauile (1990, p.163),

"(...) trata-se em essência, pura e simplesmente, de transformar a demanda potencial em demanda efetiva. A melhoria na distribuição de renda é um mecanismo muito mais eficaz para o crescimento do PIB (porque atua diretamente sobre o multiplicador) do que uma política baseada primariamente num incremento das exportações (que tem um caráter relativamente estático)".

Ou seja, o revigoração da economia brasileira, a retomada de seu desenvolvimento, passa, necessariamente, por uma reformulação de seus padrões de consumo, o que requer uma distribuição da renda menos concentrada e menos distorcida. Para que isso ocorra, faz-se necessária uma modernização das relações capital/trabalho que incorpore parte significativa dos aumentos de produtividade aos salários e aos preços.

Assim, a questão da competitividade autêntica encontra-se, fundamentalmente, ligada ao investimento adequado e contínuo em educação e à capacitação científica e tecnológica. Em decorrência do modelo apontado, o crescimento populacional brasileiro não foi acompanhado do investimento educacional como um todo, tomando baixos os índices de qualificação dos recursos humanos no País. A busca da competitividade requer um investimento em capacitação não como um programa episódico, mas como política nacional e empreendimento cultural amplo. Nesse sentido, o Relatório Anual da FAO (1992) aponta que "(...) apenas 12% dos brasileiros estarão preparados para produzir em uma sociedade tecnologicamente moderna", o que significa dizer que, por outro lado, o Brasil deve expulsar parte considerável de sua PEA do processo produtivo, por não ser capaz de lhe proporcionar um nível educacional adequado.

Por último, o fato de um país vender produtos no mercado internacional não quer dizer que tenha competitividade nesse mercado. Uma vez que

"(...) no mercado internacional não competem apenas empresas. Confrontam-se, também, sistemas produtivos, esquemas institucionais e organizações sociais, nos quais a empresa constitui um elemento importante, mas integrado a uma rede de vínculos com o sistema educacional, a infra-estrutura tecnológica, as relações gerenciais/trabalhistas, o aparato institucional público e privado, o sistema financeiro, etc." (FAJNZYLBBER, 1988, p.22).

Referindo-se à concentração de renda no País, Tauile (1990, p.158) afirma:

"(...) isto não é só vergonhoso e inaceitável socialmente, como também reduz a eficiência no investimento (devido ao baixo nível do multiplicador) na geração de renda e de emprego e macula a pretensa competitividade da indústria local na medida em que ressalta seu componente 'espúrio': há um reconhecimento cada vez maior de que a noção de competitividade autêntica está associada à elevação do padrão de vida da respectiva economia".

Em outro trabalho, Tauile e Young (1989) analisam a relação entre distribuição de renda e crescimento econômico na década de 70. Constatam, mediante simulações com base nos dados das matrizes de relações interseccionais do IBGE e utilizando o esquema departamental kaleckiano, que uma concentração de renda menos desigual teria incrementado o dinamismo da economia brasileira, com impactos favoráveis sobre o nível da produção, através do efeito multiplicador sobre os investimentos.

"A primeira simulação efetuada diz respeito ao hipotético nível de renda que se alcançaria em 1975 caso se mantivesse o perfil de distribuição de renda de 1970. (...) O resultado apontou um nível de renda 3,2% superior ao efetivamente observado." (TAUILE, YOUNG, 1991, p.40).

Numa segunda simulação, estimaram a variação necessária no valor total de cada departamento para que se alcançasse o mesmo acréscimo de 3,2% na renda total. Para compensar esse acréscimo, o investimento deveria ter sido 6% maior; o consumo dos capitalistas, 10%; os gastos do Governo, 47%; e o esforço de exportações, 26% maior. A conclusão dos autores é a de que "(...) pequenas variações na distribuição de renda produzem efeitos na renda agregada total, que somente poderiam ser alcançadas por esforço muito maior localizado na produção de qualquer dos departamentos" (TAUILE, YOUNG, 1991, p.42).

A partir dessas afirmações, evidencia-se que uma distribuição de renda de forma menos concentrada se justifica não por valores ético-morais, mas, sim, por sua eficiência do ponto de vista macroeconômico, pelos efeitos positivos sobre os investimentos.

Enfatizando mais a importância que o mercado interno dinâmico poderia ter atingido no processo de crescimento da economia brasileira, encontram-se os autores abaixo.

Haguenauer (1990, p.1) afirma que

"(...) a redução da discrepância entre o desenvolvimento da capacidade produtiva e o baixo padrão de vida da maioria da população brasileira, além de ser um imperativo social, é necessária à própria evolução do sistema produtivo. Em grande medida, a estagnação da economia brasileira na presente década resulta da falta de dinamismo do mercado interno. O descompasso entre a estrutura

de produção e a demanda interna recorrentemente se agrava, interage e amplia os problemas centrais da economia brasileira — marginalização de grande parte da população, baixos níveis de investimento, estagnação, especulação financeira, dívidas interna e externa, inflação, instabilidade financeira e social".

Tavares (1986, p.23) afirma que, caso a distribuição de renda tivesse sido mais eqüitativa, o crescimento poderia ter sido mais eficiente, no curto e no longo prazo, em termos das articulações entre a estrutura de salários (determinante de parte significativa da demanda efetiva), os padrões de consumo (a estrutura da própria demanda efetiva) e a estrutura produtiva dos setores produtores desses bens.

Coriat e Sabóia (1988) analisam o processo de desenvolvimento brasileiro, que chamam de "fordização forçada e contrariada", salientando a impossibilidade de um crescimento sustentado, especialmente da indústria de bens de consumo duráveis, sem uma relação salarial que efetivamente assegure não só a manutenção dos salários reais como também a incorporação dos ganhos de produtividade à massa salarial.

A análise de Castro (1990) encaminha-se na mesma direção: uma política salarial que incorpore parte dos ganhos de produtividade é de fundamental importância para um desenvolvimento sustentado, considerando que, com o crescente processo de urbanização e de industrialização da economia brasileira ocorrido nos últimos decênios, a separação entre consumo dos trabalhadores e consumo dos capitalistas diminui sensivelmente.

Castro (1990) coloca que o excepcional aumento da massa salarial decorrente do grande aumento do contingente de empregados na indústria leva os trabalhadores a diversificarem seu padrão de consumo, ingressando em massa no consumo de duráveis mais acessíveis e desejados, através da aquisição grupal (familiar) dos novos bens. Os dados apresentados pelo autor evidenciam essa diversificação e modernização do consumo, ou seja: em 1960, apenas 9,5% e 23% dos domicílios urbanos possuíam, respectivamente, televisor e geladeira; essas cifras sobem para 73% e 66% em 1980. Afirma ainda o autor que

"(...) o crescimento do emprego na indústria e nos chamados serviços modernos a taxas muito superiores às do crescimento populacional e significativamente maiores do que as da população economicamente ativa teria que provocar uma mudança funda-

mental na economia: o desaparecimento do enorme excesso de mão-de-obra em meio ao qual a industrialização se deu no país. Existem indícios de que algo deste tipo estava por ocorrer no final da década de 70, ou seja, após o enorme, longo, e praticamente ininterrupto crescimento iniciado em fins de 1967. Daí por diante, o prosseguimento da expansão — em meio à escassez relativa de mão-de-obra — levaria a economia a ingressar, por fim, numa autêntica revolução do consumo, passando a política salarial — massa de salários — a caminhar com as duas pernas (...) A evolução até aqui examinada foi abruptamente interrompida no início da década de 80" (CASTRO, 1990, p.115).

É bem provável que essa análise esteja na direção correta, pois são muitos os exemplos de países que acompanharam sua expansão no mercado externo com substanciais aumentos de salários médios: inicialmente os EUA e depois a Europa, no Pós-Guerra, o Japão a seguir e, mais recentemente, os Tigres Asiáticos. Na Coreia, o crescimento do salário industrial médio, em dólares correntes, entre 1975 e 1987, foi de 397% (Bureau of Labor Statistics e DIEESE, *apud* Gazeta Mercantil).

Assim, como sugere a análise acima, as indústrias de bens de consumo duráveis tiveram o seu desempenho prejudicado exatamente pelo limitado aumento dos salários da base, ou seja, pela ausência de um mercado de massa. Se essa análise é verdadeira para a indústria de bens de consumo duráveis, será, com maior razão, para as indústrias de bens de consumo não duráveis, cujo impacto dos salários da base seria bem mais direto.

Desse modo, pode-se afirmar que a falta de maior dinamismo da economia brasileira e, particularmente, das indústrias de bens de consumo não duráveis está associada, fundamentalmente, a problemas de falta de mercados dinâmicos e não de produção, já que essa economia vem atuando com crescente capacidade ociosa.

Nesse sentido, Tauile e Young (1989) calcularam as taxas médias de utilização da capacidade para a indústria de transformação e para alguns gêneros dentro desta, para os períodos 1971-80 e 1981-88. Observaram grandes quedas nessas taxas entre os dois períodos, ou seja: para a indústria de transformação a taxa média de ocupação, que era de 86% no primeiro período, cai para 77% no segundo; para o gênero material de transportes, essa taxa cai de 88% para 69%; para o gênero produtos alimentares, cai de 80% para 73%.

Assim, seria possível aumentar o nível da atividade econômica e, portanto, do emprego, em uma primeira etapa, somente utilizando os fatores de produção que se encontram ociosos. No entanto isso não ocorrerá simplesmente porque não haverá demanda para absorver essa produção adicional a um preço compatível. Por que não criar essa demanda, ou melhor, o que impede o surgimento de um mercado de massa?

A resposta a essa questão, fundamentalmente relacionada às duas outras citadas no início deste trabalho, passa por considerações relativas aos itens abaixo, quais sejam:

- a) participação dos salários no valor agregado;
- b) participação dos salários na produtividade;
- c) redução dos preços dos produtos, ou seja, maior participação destes na produtividade;
- d) distribuição da renda e da riqueza;
- e) aumento no nível de emprego;
- f) busca da competitividade "autêntica".

As possibilidades de alterações em cada um dos itens anteriores é que vão determinar a viabilidade de novos rumos que deverá tomar a economia brasileira, passando, necessariamente, por um processo de integração interna (revertendo o quadro excludente e caminhando em direção a um mercado de massa) e por uma integração competitiva (autêntica) no mercado internacional.

Os setores produtores de bens de consumo não duráveis (bens salariais), embora não façam parte dos chamados setores líderes da economia, poderão desempenhar um papel importante na reversão das questões acima, por vários motivos, dentre os quais: (a) o aumento de sua oferta melhora a distribuição de renda (KALECKI, 1988, p.3); (b) o aumento de sua produção melhora o nível de emprego, já que o gênero produtos alimentares da indústria de transformação é, isoladamente, o que mais emprega, e, se considerarmos os gêneros têxtil, vestuário e calçados e produtos alimentares, estes empregavam 30% dos trabalhadores da indústria de transformação em 1980 (IBGE, Censo Industr., 1980: BR, 1984); (c) os produtos desses setores são extremamente importantes na pauta de exportações brasileiras; (d) o peso relativo desses setores continua bastante alto na economia brasileira.

Assim, a reversão do quadro de excludência poderia ter início na ampliação dos setores produtores de bens de consumo não duráveis, dada a

importância destes na ampliação do emprego e da renda. Nesse sentido, Wedekin, Pinazza (1992, p.58) afirma que

"(...) no âmbito mundial, o sistema agroalimentar emprega atualmente metade da população ativa, responde por 50% dos ativos e produz bens que representam a metade das despesas globais de consumo. É um negócio que fatura por ano US\$ 5,5 trilhões, e se constitui no maior setor econômico do mundo".

Por outro lado, esses setores poderão ser intensamente dinamizados pela ampliação do mercado de massa, já que o problema se encontra muito mais na distribuição do que na produção.

A partir dessas observações, pode-se afirmar que a economia brasileira parece andar na contramão da história, ou seja, foi significativamente decrescente a participação dos salários nos altos valores agregados da indústria de transformação no período 1967-84 (PEREIRA, 1992), e a distribuição da riqueza, que é ainda mais concentrada que a da renda, chegou a um ponto extremamente crítico. Segundo dados trabalhados por Gonçalves (1990, p.791), o 1% do *top* (os mais ricos) detém 53,1% do total da riqueza pessoal no Brasil ou, de forma mais específica, detém 62,7% das terras; 72,0% dos títulos públicos federais; 85,1% do patrimônio líquido das empresas privadas. Porém fica claro que uma política de distribuição de renda e de riqueza não é auto-suficiente. Dada a utilização mais intensa da capacidade instalada, a política de redistribuição precisa ser complementada por uma estratégia global, que leve em consideração que a variável fundamental da dinâmica econômica capitalista é o investimento. Isso significa que a viabilização do mercado de massas deve ser acompanhada por uma estratégia que aumente o faturamento das empresas, induzindo-as a realizarem novos investimentos. Ela passa por uma política industrial que promova a capacitação tecnológica da indústria, bem como por uma política educacional que resulte no aperfeiçoamento da mão-de-obra. Trata-se de criar um círculo virtuoso entre salários e investimentos, com a relação de causalidade movendo-se de modificações nos salários e políticas em favor da agricultura, com recomposição da renda familiar, para o revigoração do mercado interno e, deste, para a expansão dos investimentos produtivos. Considerando que as decisões da empresa, nos dias atuais, não são tomadas de forma isolada, mas de forma cada vez mais interdependente e convergente com o comportamento de outras firmas — as decisões e as ações entre as firmas manifestam-se como movimentos realimentadores, os quais

dependem do ambiente macroeconômico —, o revigoramento do mercado interno e a expansão dos investimentos produtivos dependem, de forma direta, de uma recomposição do Estado. Sendo que as decisões das firmas são tomadas tendo em vista um determinado ambiente institucional, seguindo determinada orientação macroeconômica definida pelo Estado, este deve desempenhar o papel de coordenador e de sinalizador no direcionamento dos investimentos, impulsionando as reações em cadeia. Isso significa que as regulações macroeconômicas importam na atuação das firmas, portanto, na direção dos investimentos. Segue-se que a recuperação da capacidade de macrorregulação do Estado é de fundamental importância ao desenvolvimento sustentado.

4 - Conclusão

Com base na argumentação desenvolvida neste trabalho, evidencia-se que a continuidade do processo de acumulação depende da compatibilidade entre as condições de produção e de demanda. Para haver produção efetiva, precisa haver demanda efetiva. A demanda é o elemento determinante da dinâmica capitalista, ou seja, se a demanda for insuficiente, a produção não se concretiza, e a capacidade produtiva fica parcialmente ociosa. O principal componente da demanda é o gasto dos capitalistas em bens de investimento e de consumo. Porém o consumo dos trabalhadores pode desempenhar um importante papel para tornar possível uma maior compatibilidade entre estrutura de demanda e estrutura produtiva. A partir de determinado nível de desenvolvimento da economia, o consumo dos trabalhadores confunde-se com o dos capitalistas, o que lhe dá condições para "impulsionar" e "sustentar" o desenvolvimento. O que permite ao consumo dos trabalhadores desempenhar esse papel dinamizador na atividade econômica é o salário. Este deixa de ser visto apenas como um componente da estrutura de custos, passando a representar um elemento importante da dinâmica econômica.

Na economia brasileira, observa-se que o modelo de desenvolvimento adotado não permitiu que o consumo dos trabalhadores pudesse desempenhar adequadamente esse papel. Apesar de o acelerado processo de industrialização e de urbanização da sociedade — com o aumento no contingente de trabalhadores empregados na indústria, aumento na massa salarial e, conseqüentemente, diversificação e modernização dos padrões de consumo —

conferir grande potencial dinâmico ao mercado interno, este se encontra obstaculizado pela elevada concentração da renda e da riqueza, baixos níveis salariais, reduzida participação dos salários e dos preços nos ganhos de produtividade, desvalorização do trabalho e marginalização social.

Entretanto, para evitar que um novo perfil de demanda, oriundo da distribuição mais equitativa da renda, origine pontos de estrangulamento na produção, uma política industrial promovida pelo Estado, que prepare a estrutura industrial para uma expansão na produção, é de crucial importância. Além disso, o próprio aumento dos salários estimularia as empresas a introduzirem inovações tecnológicas na produção, tornando-as mais competitivas internacionalmente. Assim, a modernização das relações capital/trabalho age como importante fator de estímulo à busca da competitividade autêntica.

Por último, a superação dos obstáculos que impedem o desenvolvimento da economia requer a articulação de um compromisso democrático entre Estado, partidos, sindicatos e empresariado, definindo as responsabilidades de cada parte no funcionamento da atividade econômica e estabelecendo as formas de repartição dos excedentes, o que passa pela recuperação da capacidade macrorreguladora do Estado enquanto orientador e sinalizador ao direcionamento dos investimentos privados. Trata-se de capacitar política e tecnicamente o Estado para definir as orientações fundamentais de uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e social. Nesse compromisso, dado o amplo potencial do mercado interno, acredita-se que uma política econômica que privilegie uma melhor distribuição de renda, com aumento no nível de emprego, maior participação dos salários e dos preços nos valores agregados, promovendo uma melhor compatibilização entre produção e demanda, acompanhada de políticas que promovam desenvolvimentos tecnológicos que possibilitem incrementos na produtividade, seja mais eficiente, do ponto de vista econômico e social, para a retomada do desenvolvimento.

Bibliografia

- ADELMAN, I. (1975). Growth, income distribution, and equity-oriented development strategies. **World Development**, New York, v.5, n.2/3, fev./mar.
- ADELMAN, I. (1980). Income distribution, economic development, and land reform. **American Behavioral Scientist**, Princeton, v.23, n.3, jan./fev.

- ADELMAN, I., MORRIS, C. T. (1973). **Economic growth and social equity in developing countries**. Stanford University.
- ADELMAN, I., ROBINSON, S. (1978). **Income distribution policy in developing countries: a case study of Korea**. Oxford University.
- AGLIETTA, M. (1979). **A theory of capitalist regulation: the US experience**. Londres: NLB. (Trad.: Régulation et crises du capitalisme. Paris, 1974.)
- AMADEO, E. J. (1990). Keynes, Kalecki e abordagem neoclássica sobre a "causalidade" entre emprego e distribuição. In: AMADEO, E. J., ESTEVÃO, M. **A Teoria econômica do desemprego**. São Paulo: Hucitec.
- ANGLADE, C., FORTIN, C. (1987). The role of the State in Latin America's Strategic Option. **CEPAL Review**, New York, n.31, abr.
- ARAÚJO JÚNIOR, J. T. de (1989). O programa de integração Argentina-Brasil e as tendências atuais da economia mundial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.10, n.2, p.181-188.
- ARAÚJO JÚNIOR, J.T. de et al. (1990). Proteção, competitividade e desempenho exportador da economia brasileira nos anos 80. **Pensamento Iberoamericano**, Madrid: CEPAL, n.17, p.13-18.
- BACHA, E.L., KLEIN, H. S.(1986). Introdução. In: ____, orgs. **A transição incompleta: Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BELLO, T. da S. (1990). Uma nova ordem internacional. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.18, n.3, p.59-72.
- BELLO, T. da S. (1989). O debate marxista sobre crise econômica no início do século. In: FARIA, L. A. E. et al. **Desvendando a espuma: reflexões sobre a crise, regulação e capitalismo brasileiro**. Porto Alegre: FEE. (Série 15 anos FEE).
- BOYER, R. (1979). Wage formation in historical perspective: the France experience. **Cambridge Journal of Economics**, London: Academic Press, n.3.
- BOYER, R.(1990). **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel.
- BRUNO, M., SACHS, J. (1985). **Economics of world wide stagflation**. Harvard University.
- CASTRO, A. B. de (1990). Consumo de massas e retomada de crescimento. In: VELLOSO, J. P. dos R., coord. **A nova estratégia industrial e tecnológica: o Brasil e o mundo da III Revolução Industrial**. Rio de Janeiro: José Olímpio.

- CENSO INDUSTRIAL: 1970-75-80-85: Paraná, Brasil (1973, 1974; 1979, 1981; 1984; 1981). Brasília: IBGE.
- CORIAT, B., SABÓIA, J. (1988). Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.9, n.2.
- DE JANVRY, A. (1981). **The agrarian question and reformism in Latin America..** The Johns Hopkins University.
- FAJNZYLBER, F. (1988). Competitividade internacional: evolución y lecciones. **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n.36, dic.
- FURTADO, J. E. de M. P. (1989). Grandes mark-ups levam à concentração de renda. **Jornal do Economista**, São Paulo, n.14, jul.
- GONÇALVES, R. (1990). Estabilização macroeconômica e o imposto sobre riqueza. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 18., Brasília. **Anais...** Brasília: ANPEC. p.779-792.
- GRANOU, A. et al. (1983). **Croissance et crise**. Paris: Maspero (1.ed. 1979).
- HAGUENAUER, L. (1990). **Estrutura industrial e distribuição de renda**. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI. (Texto para discussão, 235).
- KALECKI, M. (1980). Três caminhos para o pleno emprego. In: MIGLIOLI, Jorge, org. **Kalecki: economia**. São Paulo: Ática.
- KALECKI, M. (1988). **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo. (Textos selecionados por Jorge Miglioli).
- KEYNES, J. M. (1982). **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas.
- LIMA, J. H. (1983). Salários e demanda agregada em Keynes, Kalecki e Marx. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.4, n.1, p.91-100.
- LIPIETZ, A. (1988). **Miragens e milagres: problemas de industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel.
- LIPIETZ, A. (1990). **Audácia: uma alternativa para o século 21**. São Paulo: Nobel.
- LUSTOSA, T. Q. O., FIGUEIREDO, J. B. B. (1989). **Pobreza no Brasil: métodos e análise de resultados**. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI. (Texto para discussão, 205).
- PASINETTI, L. (1979). **Distribuição de renda e crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar.

PEREIRA, L. B. (1992). **Análise da evolução da produtividade, salários e lucros na indústria de transformação brasileira: período 1962-85.** (mimeo).

RELATÓRIO ANUAL DA FAO (1992). Roma.

TAUILE, J. R. (1990). Novos padrões tecnológicos, competitividade industrial e bem-estar social: perspectivas brasileiras. In: VELLOSO, J. P. dos R., et al. **A nova estratégia industrial e tecnológica: o Brasil e o mundo da III Revolução Industrial.** Rio de Janeiro: José Olímpio. (Fórum Nacional).

TAUILE, J. R., YOUNG, C. E. F. (1989). Distribuição de renda e política industrial. In: PARA a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAN. (Políticas macroeconômicas e setoriais, v.1).

TAUILE, J. R., YOUNG, C. E.F. (1991). **Concentração de renda e crescimento econômico: uma análise sobre a década de setenta.** Rio de Janeiro: INPE. (Cadernos de economia, 9).

TAVARES, M. da C. (1975). Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização: um ensaio preliminar. In: TOLIPAN, R., TINELLI, A. C., orgs. **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar. p.36-69.

TAVARES, M. da C. (1986). **Acumulação de capital e industrialização no Brasil.** 2.ed. Campinas: UNICAMP.

TAVARES, M. da C. (1989). Distribuição de renda e política industrial. In: PARA a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/SEPLAN. (Políticas macroeconômicas e setoriais, v.1).

TIGRE, P. B.(1989). Como a América Latina de enquadra na lata tecnologia? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.10, n.2, p.212-224.

VEIGA, J. E. da (1992). Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.12, n.2, abr./jun.

WEDEKIN, J., PINAZZA, L. A. (1992). Paradoxos no sistema agroalimentar mundial. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, dez.

WORLD DEVELOPMENT REPORT (1988). Washington: The World Bank.